

DESVENDANDO A MILITARIZAÇÃO DA METRÓPOLE CARIOCA:

A Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro

Horacio Nogueira

Pizzolanteⁱ

Doutorando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Resumo

O processo de metropolização do espaço é característico do presente momento histórico do capitalismo, em sua fase neoliberal. Nesse contexto, a produção do espaço assume novas formas biopolíticas de dominação e controle do espaço e da vida cotidiana. A criação de novos setores da economia e a importância crescente do terceiro setor da economia inauguram esta nova fase da economia mundial. Dessa maneira, decorrem do processo de metropolização do espaço outros processos subsidiários, como é o caso do processo de militarização do espaço, que pode ser constatado nas mais distintas áreas urbanas do planeta, por motivos semelhantes ou singulares. Na cidade do Rio de Janeiro, apresentam-se diferentes aspectos de ambos os processos, e um deles é a Operação Segurança Presente. A operação é resultado da associação entre a Fecomércio-RJ (Federação de comércio de bens, serviços e turismo no Estado do Rio de Janeiro), o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A colaboração entre estes atores sociais para a promoção de segurança pública para algumas localidades da cidade e do estado do Rio de Janeiro é, sob muitos aspectos, um caso inédito, o que o torna consideravelmente relevante. Denota, ainda, duas características importantes do capitalismo neoliberal contemporâneo: o exercício da biopolítica e a indefinição entre público e privado.

Palavras-chave: Cotidiano; espaço; biopolítica; militarização; Operação Segurança Presente.

UNRAVELING THE MILITARIZATION OF THE CARIOCA METROPOLIS: OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE IN RIO DE JANEIRO CITY

Abstract

The metropolization of space process is characteristic of the present historical moment of capitalism, in its neoliberal phase. In this context, the production of space assumes new biopolitical forms of domination and control of space and everyday life. The creation of new economic sectors and the growing relevance of the third economic

ⁱ *Endereço institucional:*
Rua Marquês de São Vicente, 225
Gávea – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 22451-900
Endereço eletrônico:
hpizzolante1@gmail.com

sector inaugurates this new phase of global economy. Thus, other subsidiary processes arise from the process of metropolitan space, such as the process of militarization of space, which can be seen in the most different urban areas of the planet, for similar or singular reasons. In the Rio de Janeiro city, different aspects of both processes are presented, one of which is the 'Operação Segurança Presente'. This operation results from the association between Fecomércio-RJ (Federation of trade in goods, services and tourism in the State of Rio de Janeiro), the Government of the State of Rio de Janeiro and the Rio de Janeiro City Hall. The collaboration between these social actors to promote public security for some locations in the city and in the state of Rio de Janeiro is, in many ways, an unprecedented case, which makes it considerably relevant. It also denotes two important characteristics of contemporary neoliberal capitalism: the rule of biopolitics and the lack of definition between public and private.

Keywords: Everyday life; space; biopolitics; militarization; *Operação Segurança Presente*.

Introdução

O presente artigo é um exercício de retorno aos principais temas abordados na dissertação de mestrado intitulada 'Desvendando o cotidiano urbano militarizado: a Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro', defendida pelo autor em junho de 2018 como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, concedido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A pesquisa desenvolvida e o presente artigo são frutos de inquietações que partiram da vida cotidiana do autor e da cidade do Rio de Janeiro, tendo sido alicerçadas em discussões acadêmicas, sejam filosóficas ou científicas, sobre o espaço e sua produção (social). Acreditamos na indissociabilidade entre os mais distintos momentos da vida, pois é no cotidiano que se dá a reprodução das relações sociais de produção. No atual momento histórico, hábitos, gestos e costumes, que se realizam na escala local, passam a ser difundidos e compartilhados globalmente com a mediação da metrópole, e o mesmo ocorre com a produção do espaço: assume todas as dimensões e escalas da sociedade. A este processo denominamos metropolização do espaço (FERREIRA, 2015; LENCIONI, 2011, 2013). Demonstraremos a partir da análise da Operação Segurança Presente na cidade do

Rio de Janeiro evidências do exercício da biopolítica por meio de táticas, técnicas e estratégias de vigilância, controle e dominação, que está em voga na sociedade contemporânea, titulada por alguns autores de sociedade de controle (Deleuze, 1992).

Desde já é importante ressaltar que o processo de produção do espaço no presente momento histórico do capitalismo assume características inéditas, conseqüentes da mundialização da economia, que passa de uma base industrial para outra, de serviços, muito associada ao processo de financeirização da economia, isto é, do capitalismo neoliberal. As conseqüências desta mudança são vitais para o processo de trabalho e para a produção do espaço no contexto de metropolização (Lencioni, 2011; 2013). Um dos pressupostos da noção de metropolização é considerar a produção do espaço sempre em movimento, envolvendo todas as escalas – do local ao global, sendo a escala metropolitana uma mediação entre estas – e também as dimensões – social, política, econômica e cultural, que jamais podem ser dissociadas – em sua análise. Soma-se, aqui, à noção de metropolização do espaço o potencial explicativo do conceito de biopolítica, ao nos atentarmos à questão da segurança pública, pois buscamos desvendar como a militarização urbana invade a vida cotidiana dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro atualmente.

Um bom exemplo do processo biopolítico de militarização urbana em curso na cidade do Rio de Janeiro é a Operação Segurança Presente (OSP), projeto de segurança pública ostensiva inaugurado em janeiro de 2016 em diferentes localidades da cidade: Aterro do Flamengo, Centro, Lagoa Rodrigo de Freitas, Lapa e Méier. A partir de 2019, houve a expansão do projeto para muitos outros bairros da cidade¹, como Leblon, Ipanema, Botafogo e Tijuca, assim como para cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como de Niterói, Itaguaí, Magé, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e outras, denotando, assim, a relevância da pesquisa por nós desenvolvida ao longo do Mestrado, findo antes da expansão ser anunciada. A Operação Segurança Presente é fruto da cooperação entre a Federação do Comércio do Estado do Rio de

¹ Em agosto de 2020, o governo do Estado do Rio de Janeiro anunciou o projeto Corredor Presente, entre os bairros de São Conrado e Guaratiba, ainda sem data de início. Fonte: < <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/corredor-presente-projeto-piloto-tera-operacao-de-seguranca-entre-sao-conrado-guaratiba-24583024> > Acesso em 02 de setembro de 2020.

Janeiro (Fecomércio-RJ, formada por 59 sindicatos patronais do comércio de bens, serviços e turismo) e o Governo do Estado do Rio de Janeiro e, no caso do Centro, com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Vemos, assim, que a biopolítica como prática de controle por parte do Estado vem se modificando e intensificando ao longo do século XXI em todo o planeta.



Figura 1: Policial Militar faz patrulha com colete da Operação Segurança Presente, no Rio de Janeiro. Fonte: Google imagens. Acesso em 03/09/2020.

Tendo em vista que o financiamento da Operação Segurança Presente é de responsabilidade praticamente integral da Fecomércio-RJ, é de fundamental importância o estudo a respeito da ação deste ator no processo de metropolização do espaço como se manifesta na cidade do Rio de Janeiro, em especial no que se refere às lógicas de militarização e mercadificação do espaço, portanto, influencia no cotidiano dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, mesmo que não habitem as localidades nas quais foram instaladas a Operação. Acreditamos que a relevância de nossa análise se refere à função desempenhada por esse ator no processo de definição de políticas públicas de segurança, pois diversos representantes da Fecomércio-RJ e do Governo do Estado afirmaram que as localidades da Operação Segurança Presente foram decididas exclusivamente pela Federação. Entretanto, o policiamento das áreas

definidas é feito por policiais militares em horário de folga (dois por equipe) e um civil egresso das Forças Armadas, todos com coletes coloridos (com ou sem farda por baixo) e distintivo para identificação policial. As ações contam, além da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com o apoio da Guarda Municipal, das Secretarias Municipais de Transportes, Ordem Pública, Conservação e Desenvolvimento Social, além da Comlurb. Os equipamentos utilizados na Operação também foram adquiridos com o financiamento da Fecomércio-RJ. Trata-se de armamentos não letais (pistola de choque e spray de pimenta), GPS para que as equipes sejam monitoradas e câmeras para filmar as abordagens, além de bicicletas, motos e carros para realizar o policiamento, que também é feito a pé.

Assim sendo, justificamos a relevância de tal estudo ao constatarmos inusual a associação de atores do poder público (como o Governo do Estado e Prefeitura) com atores sociais da iniciativa privada (a Fecomércio-RJ), no que concerne à segurança pública. Sabemos que o patrocínio por parte de entidades privadas à lógica de militarização ostensiva não é um inédito na cidade do Rio de Janeiro, pois foi assim que foi iniciado o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no ano de 2008, pela Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro. Entretanto, buscamos evidenciar aqui características próprias da produção do espaço nos dias de hoje, ligadas ao exercício da biopolítica na Operação Segurança Presente, o que será realizado no subtópico a seguir. Nas considerações finais, abordaremos possibilidades alternativas à vigilância e dominação impostas na sociedade de controle, no atual momento de metropolização do espaço, como a desmilitarização das polícias e da segurança pública e, em dimensões mais complexas, da produção do espaço e do cotidiano.

Biopolítica e a militarização do cotidiano da metrópole: a Operação Segurança Presente na cidade do Rio de Janeiro

Partimos de nosso embasamento teórico-conceitual, alicerçado no pressuposto do processo de metropolização do espaço, de acordo com o qual a urbanização completa da sociedade, vislumbrada pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, em meados da década de 1970, já se consolidou. Isto não implica dizer

que toda a extensão do planeta assume a morfologia urbana, pois a urbanização do espaço e da sociedade refere-se às dimensões objetiva e subjetiva da realidade, envolvendo os mais diferentes níveis e escalas em sua produção e metamorfoseando o território (Lencioni, 2013). Significa afirmar que a atual dinâmica de produção e reprodução do espaço e das relações sociais realiza-se desigualmente em todas as escalas do espaço, indo da local à global, realizando-se na metrópole e invadindo todos os aspectos da vida cotidiana (Carlos, 2011).

Assim sendo, almejamos transcender o mundo das representações e, para tal, investigaremos as ações que orientam a produção do espaço – portanto, das cidades – hoje. Naturalmente, sabemos que muitos processos se repetem, mas há outros inéditos que demandam nossa atenção. É por essa razão que optamos por seguir os autores que analisam a realidade vigente sob a ótica do processo de produção do espaço e também com a noção de biopolítica, conforme proposta pelo filósofo francês Michel Foucault nos cursos ‘Nascimento da Biopolítica’ e ‘Segurança, Território, População’ no *Collège de France* no final da década de 1970 (Foucault, 2008a; 2008b). Nestes dois cursos, publicados postumamente, Foucault apresentou uma abordagem única das diferentes formas de exercício do poder na modernidade, constituindo mais uma genealogia que um estudo historiográfico. E ainda foi um dos primeiros autores a teorizar a respeito da fase neoliberal do capitalismo, que era ainda muito incipiente à época.

De acordo com Michael Hardt e Antonio Negri (2004) – inspirados pelas noções foucaultianas de biopoder e biopolítica – vivemos, hoje, um estado global de guerra. E, para os autores, a guerra foi convertida em um regime de biopoder, o que implica dizer que as relações sociais de poder e dominação assumem características biopolíticas. Tal movimento está diretamente associado à transição da racionalidade da defesa (ocasional, específica e localizada) à de segurança (atividade marcial incessante e contínua temporal e territorialmente) (Hardt e Negri, 2004). E tanto a guerra é reduzida à ação policial (segurança pública e segurança nacional), quanto se torna central ao assumir uma dimensão ontológica devido à primazia do biopoder. Desenvolvendo os argumentos apresentados por Hardt e Negri, constatamos que o

exercício do biopoder e realiza-se visceralmente correlacionado ao processo de metropolização do espaço.

Em interessante reinterpretação do conceito de ‘efeito bumerangue’, desenvolvido por Michel Foucault, o geógrafo escocês Stephen Graham (2015; 2016) destaca que diversas técnicas militares de vigilância e controle, empregadas em zonas de guerra, estão sendo aplicadas em áreas urbanas. Portanto, consideramos que a Operação Segurança Presente, principal empiria deste artigo, tem alcance local, mas é parte integrante de um processo global que envolve, notadamente, a escala da metrópole. Afinal, o processo de militarização do espaço urbano e da vida cotidiana – portanto, um processo biopolítico – é parte integrante do processo de metropolização do espaço. Isto é, a militarização é um processo que pressupõe violência desmedida e que leva à associação entre as ações (organização, táticas, estratégias e tecnologias) do Estado e o militarismo. O processo de militarização urbana vem se intensificando ao longo do século XXI em todo o planeta. Embasados por Graham (2015; 2016), reconhecemos que o sistema normativo típico do neoliberalismo ao qual se referem Foucault (2008a; 2008b) Dardot e Laval (2016) se configura com cada vez mais intensidade e relevância.

É claro que o atual momento histórico do capitalismo neoliberal e da sociedade de controle possui suas particularidades. Porém, enquanto expõe a genealogia do poder, Michel Foucault (2008a; 2008b) ressalta que esta não remete a uma divisão linear ao longo do tempo, pois, a cada momento histórico, há sobredeterminação de dispositivos de uma fase. Desse modo, nenhuma das fases anteriores (soberania; disciplinar e de controle) deixa de realmente existir, noção que converge com nossa concepção de espaço e tempo – e nos ajuda a compreender o movimento de resgate que Graham propõe para os conceitos foucaultianos. Apesar de diferentes, as formas de organização do poder, para Foucault, são inseparáveis e complementares. Isto significa que há transição entre a hegemonia dos poderes soberano, disciplinar e de controle, mas nunca extinção de nenhum destes. Similarmente inspirado na obra de Foucault ao escrever o *‘Post-scriptum sobre as sociedades de controle’*, Gilles Deleuze afirma que:

O estudo sociotécnico dos mecanismos de controle, apreendidos em sua aurora, deveria ser categorial e descrever o que já está em vias de ser

implementado no lugar dos meios de confinamento disciplinares, cuja crise todo mundo anuncia. Pode ser que meios antigos, tomados de empréstimo às sociedades de soberania, retornem à cena, mas devidamente adaptados. O que conta é que estamos no início de alguma coisa (DELEUZE, 1992).

Sabemos que a análise da metropolização do espaço demanda que consideremos, portanto, os atributos específicos da atual fase de desenvolvimento do capitalismo, o qual não é apenas mais um modo de produção. Consideramos, com base em alguns autores marxistas com os quais dialogamos, como Lucien Goldmann, Henri Lefebvre e István Meszáros, que, que o capitalismo caracteriza-se como um modo incontrolável de controle sociometabólico, pois tal sistema invade todas as dimensões e escalas da vida cotidiana e as submete à sua racionalidade (Meszáros, 2002, p. 96). Atualmente, as questões fundamentais referentes à reprodução social – e também à reprodução das relações sociais de produção – estão submetidas ao inevitável e incontrolável controle sociometabólico do capital.

Argumentação à de Pierre Dardot e Christian Laval, que afirmam que “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações e esferas da vida.” (Dardot e Laval, 2016, p. 8). A análise das causas e consequências da expansão do capitalismo para todas as escalas da produção e reprodução social é de fundamental relevância para a compreensão da influência do processo de metropolização do espaço na vida cotidiana. Afinal, o referido domínio capitalista neoliberal atinge absolutamente todos os elementos da vida cotidiana, que é “a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção.” (Heller, 2008, p. 31, grifos da autora).

Na obra *Vigiar e punir* (2009), Michel Foucault traça um panorama histórico dos meios de punição e coerção ao longo dos séculos, chegando aos dias atuais. Com esta análise genealógica, o filósofo francês nos demonstra como foram desenvolvidos os ideais de controle, punição, vigilância e liberdade humana, que denomina biopoder. Já na supracitada obra ‘Segurança, território, população’ (Foucault, 2008a), o autor amplia a escala de análise para a sociedade, discutindo a biopolítica. Como veremos a seguir, o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2014; 2015) aproxima este debate da Geografia, analisando o que vem a denominar ‘sociedades biopolíticas de

in-segurança’. O autor se utiliza do prefixo ‘in’ com o intuito claro e manifesto de problematizar o termo. Nos dias atuais – e ainda com base nos estudos de Foucault – percebemos como a vigilância não se limita mais aos criminosos identificados e condenados legalmente pelo sistema penal, pois domina o espaço e também a vida cotidiana por meio de diversas ações multiescalares, sendo a Operação Segurança Presente e as Unidades de Polícia Pacificadora apenas exemplos de um grande processo de militarização urbana e da vida cotidiana, subsidiários do processo de metropolização do espaço. A dominação territorial (mesclando novas e velhas táticas de ocupação) e a utilização de novas tecnologias de vigilância são as evidências destacadas por Haesbaert (2014; 2015) para indicar a dominação e o controle exercidos nos dias atuais, constituindo uma sociedade de in-segurança, termo que o autor prefere em detrimento da abrangente expressão sociedade de controle.

Nesse sentido, e apoiado na obra do filósofo francês Henri Lefebvre e suas noções de dominação e apropriação, Haesbaert (2015) diferencia duas concepções contrapostas de território. Por um lado, a instância da vida cotidiana e da produção do espaço (vivido) pelos cidadãos, na denominada ordem próxima é a dimensão da apropriação – que não deve ser confundida aqui com a ideia de propriedade. Por sua vez, o espaço concebido do “Estado e suas instituições de vigilância e repressão” (HAESBAERT, 2015, p. 240) refere-se à dimensão da dominação. Nesse sentido, a noção de domínio territorial está diretamente associada à dimensão político-militar, da ordem distante e do exercício do controle biopolítico. Indubitavelmente, estas duas concepções territoriais estão em constante tensão.

Conforme indicamos anteriormente, Stephen Graham (2015; 2016) se propõe a atualizar as noções de efeito-bumerangue e biopolítica de Michel Foucault e aponta os principais aspectos – dentro do contexto do atual momento histórico do capitalismo, revestido de toda sua compreensão em torno da noção de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões – do novo urbanismo militar – ou biopolítico, poderíamos dizer, afinal:

Junto com essa reconfiguração das geografias imaginárias e ideológicas das cidades, há uma nova economia política securitária em rápida expansão. Ela abarca complexos industriais transnacionais que se alastram fundindo empresas do ramo securitário e militar com empresas do ramo de tecnologia, vigilância e entretenimento; um amplo espectro de consultorias

e indústrias que vendem soluções de segurança como balas de prata para problemas sociais complexos; e uma complexa massa de pensadores de segurança e de militarização que agora defendem que a guerra e a violência política estão amplamente centradas nos espaços e nos circuitos do cotidiano urbano (Graham, 2015, p. 70).

Faz parte da realidade biopolítica brasileira, reconfigurada imaginária e ideologicamente pela nova economia política securitária destacada por Graham (2015, p. 70) a Operação Segurança Presente. A dominação territorial por parte do Estado está longe de ser inédita na cidade do Rio de Janeiro, onde se reproduzem à exaustão exemplos de conflito entre polícia e/ou exército e o narcotráfico ou a milícia. Optamos, neste trabalho, por não nos aprofundarmos na temática das lógicas de segurança não institucionalizadas, muito presentes e atuantes em todo o estado do Rio de Janeiro há muitas décadas. Contudo, não poderíamos deixar de considerá-las, uma vez que são muito relevantes no cotidiano da população carioca.

São muitas as formas de manifestação do cotidiano frente à violência urbana, e a utilização de novas tecnologias (seja o uso público ou privado) configura exemplo claro do efeito bumerangue, processo a que se refere Stephen Graham (2015; 2016) ao analisar o novo urbanismo militar. Entendemos que este processo é subsidiário ao da produção do espaço no capitalismo contemporâneo, inclusive reforçando as noções de biopolítica e de modo de controle sociometabólico, por acentuar ainda mais a vigilância e o domínio da vida cotidiana.

É por isso que não podemos deixar de considerar aqui a relevância das empresas privadas de segurança e também a atuação de milícias ilegítimas para a atual configuração da questão da segurança pública no Rio. A coexistência entre segurança pública e privada não é inédita nem se inaugura na fase de metropolização do espaço. O ponto inédito a ser destacado aqui é a ambiguidade existente na configuração da Operação Segurança Presente, e que também funda as Unidades de Polícia Pacificadora, em 2008: o patrocínio de entidades privadas de projetos de segurança pública. O principal problema, que sempre destacamos, é que também essas empresas privadas escolhem onde vão alocar seus investimentos – portanto, decidem quais localidades terão direito ao reforço da segurança pública, intensificando cada vez mais os processos de fragmentação e hierarquização espacial. Afinal, a metropolização do espaço – e, conseqüentemente, a militarização e também

os processos de homogeneização, hierarquização e fragmentação espacial – manifesta-se desigualmente em cada lugar, apresentando atributos singulares, particulares e universais. Uma característica fundamental ressaltada por Graham (2016) é o aumento da vigilância e do controle da vida cotidiana nas cidades:

A transição entre o uso militar e civil de tecnologia avançada – entre a vigilância e o controle da vida cotidiana nas cidades ocidentais e as agressivas guerras de colonização e recursos – está no cerne de um conjunto muito mais amplo de tendências que caracteriza o novo urbanismo militar. Claro, os efeitos observados no cenário ocidental urbano são muito diferentes daqueles vistos em zonas de guerra. Mas, fundamentalmente, seja qual for o ambiente, esses atos de violência de alta tecnologia tem por base um mesmo conjunto de ideias (Graham, 2016, p. 26).

A relação entre a transposição do conceito de efeito-bumerangue, o espaço, o cotidiano e a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais nos é essencial. Observamos que o processo de militarização urbana relatado por Graham (2015; 2016) nas cidades em que estudou também se manifesta na cidade do Rio de Janeiro, porém de maneira distinta da relatada pelo autor. Sendo um processo multiescalar e também multidimensional, este pode assumir diferentes formas de acordo com o espaço-tempo no qual está inserido. Estamos nos referindo ao ‘conjunto de ideias’ explicitado por Graham (2016). Acreditamos que a aplicação do conceito pode ser realizada se considerarmos as ressalvas necessárias. Afinal, naturalmente Graham cita exemplos próximos à sua realidade – tanto cidades europeias (especialmente as inglesas), norte-americanas e canadenses, quanto zonas de guerra, como a Faixa de Gaza e o Iraque (após a invasão estadunidense), como seria de se esperar. Assim sendo, seus exemplos do efeito-bumerangue para os dias contemporâneos são alguns mecanismos técnicos como *drones*, armamentos não letais e carros SUV utilizados por civis, e também estratégias de policiamento militarizado e agressivo no controle de grandes manifestações. Apesar das particularidades de cada local, a lógica se reproduz também no Brasil.

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro – baseado em modelos integrados de segurança utilizados na Espanha, Estados Unidos, Inglaterra e México –, é mais um dos exemplos do efeito bumerangue, portanto, um componente biopolítico. Com tecnologia de ponta voltada para a segurança, opera próximo e em conjunto com o Centro de Operações Rio

(C.O.R.), centro de televigilância (Haesbaert, 2015). Atuando em conjunto com os órgãos supracitados, a Operação Segurança Presente está inserida no grande aparato tecnológico de segurança e controle montado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em conjunto com o Governo do Estado – Haesbaert (2015) chega a falar que “o duo C.O.R. – CICC compõe assim um grande *big brother* de vigilância metropolitana.” (Haesbaert, 2015, p. 230) ².

Projetos de segurança ostensiva podem parecer positivos – ou seja, podem ser representados como positivos – ao mascarar as principais causas da violência urbana, como, por exemplo, a desigualdade social. Porém, os desdobramentos para o espaço, as práticas sociais que nele se inserem e também para o cotidiano podem vir a ser negativos. Afinal, aparentam reforçar o trinômio moral – alienação – cotidianidade, em detrimento de sua suplantação. A lógica de militarização do espaço urbano na metrópole carioca costuma ocorrer nas áreas mais pobres e precárias, fato que está diretamente ligado à criminalização da pobreza. Exemplo claro disso são as supracitadas Unidades de Polícia Pacificadora (projeto igualmente patrocinado pela iniciativa privada). O ineditismo trazido pela Operação Segurança Presente, portanto, se destaca, sobretudo, pelas áreas de atuação da Operação, que se concentrava majoritariamente em bairros de classe média e alta em seu início.

As estatísticas fornecidas pela Fecomércio-RJ são escassas e não integradas a diferentes projetos, como o das UPPs, e a todo o projeto de segurança pública da cidade e do estado do Rio de Janeiro, mas comprovam mais uma vez que a atuação visa apenas ao patrulhamento das áreas definidas e, portanto, à redução da criminalidade nestas áreas. Reforça a lógica de dominação territorial zonal, que não seria jamais capaz de resolver o problema da segurança pública em escala ampla, por se concentrar em determinadas áreas em detrimento de outras. E o destaque dado na mídia e nas redes sociais para o total de prisões realizadas por agentes da Operação Segurança Presente (assim como ocorre com operações policiais de toda ordem, com diversos programas regulares sobre segurança pública na televisão aberta) assevera ainda mais a lógica militarizada que orienta a segurança pública no Brasil e denota

² Haesbaert utiliza o termo ‘*big brother*’ em clara referência ao livro 1984, romance distópico de autoria de George Orwell.

que há, efetivamente um controle dos corpos na cidade, portanto, um controle biopolítico.

Considerações finais

À guisa de conclusão, desejamos destacar que a atuação da Operação Segurança Presente é meramente supérflua para a questão da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. É evidente e também significativa a diminuição da criminalidade nas localidades nas quais a Operação foi implementada, e este é um desdobramento importante. Inquestionavelmente a sensação de segurança aumentou nestas áreas, porém ao custo do controle e da vigilância da vida cotidiana. Somente houve diminuição da criminalidade devido ao policiamento ostensivo, o que é característica da militarização urbana e das sociedades de controle. Contudo, observamos como todo este esforço é insuficiente ao considerarmos uma escala mais ampla de análise. Naturalmente, sabemos que os graves problemas de segurança pública enfrentados no Rio de Janeiro e, em escala mais ampla, no Brasil, tem grande cunho social, histórico e também geográfico. Assim sendo, um projeto limitado de segurança pública – ainda mais sendo patrocinado por uma entidade privada e revestido por seus interesses próprios – jamais poderia resolver a questão.

Parece-nos inegável que a redução do roubo a transeuntes, principal estatística das poucas divulgadas pela Fecomércio-RJ e pelo poder público em relação à atuação da Operação Segurança Presente, é um efeito notável. Entretanto, questionamos veementemente o exercício de uma operação individualizante e fragmentária, que se configura como um projeto de segurança privado, pois não atende aos interesses públicos ao prover segurança a localidades específicas. Não desejamos, aqui, indicar que as localidades nas quais a OSP atua não necessitem ou mereçam ter projetos de segurança pública, mas estes devem atender a uma escala mais ampla do município ou mesmo da região metropolitana (considerando as especificidades locais), caso pretendam realmente solucionar a questão para todos os habitantes da cidade, e não apenas os privilegiados de determinados bairros.

Cabe, aqui, considerar as diferenças internas à cidade do Rio de Janeiro, especialmente entre as diferentes localidades da Operação Segurança Presente. As

formas de reprodução do capital são distintas nessas áreas, assim como são os problemas de segurança pública. No entanto, a solução apresentada como única – apesar de comprovadamente ineficaz – é a da militarização e do policiamento ostensivo. Neste sentido, é acirrado também o processo de homogeneização espacial, pois se apresenta uma solução conjunta para realidades distintas. Contudo, sabemos muito bem que a solução apresentada para uma localidade não necessariamente funciona em outras. E também que a um projeto de segurança pública sério deve atender a todas as localidades de acordo com as necessidades e prioridades específicas das mesmas, e não servir apenas a interesses econômicos das elites que por ventura o patrocine.

Nesse sentido, vale enfatizar que a violência que a OSP visa combater é fruto de outra violência: a desigualdade cada vez maior da sociedade e manifesta no espaço (urbano). Ainda é preciso pontuar que não acreditamos na visão funcionalista da lógica da militarização urbana, a qual fragmenta o espaço e o hierarquiza por meio do exercício do biopoder, ao decidir sobre a vida e a morte dos cidadãos.

Nesse sentido, retornamos à discussão sobre a desmilitarização da polícia:

As manifestações que tomaram as ruas de todo país trouxeram à tona um debate sobre a desmilitarização da polícia, por associar o uso da violência a um modo de solucionar problemas que ultrapassa os limites tolerados do uso da força. Uma análise mais cuidadosa apontaria para a necessidade de construir uma política pública de segurança concebendo-a como uma ‘atividade eminentemente civil’, o que implicaria, além da desvinculação da polícia e corpo de bombeiros das forças armadas, a revisão de regulamentos e procedimentos disciplinares em conformidade com as legislações nacionais e internacionais contemporâneas (Miranda et al., 2014, p. 15).

Diversas são as propostas práticas para a desvinculação das polícias militares das Forças Armadas, com objetivos que certamente contribuiriam para uma melhor organização de um projeto conjunto de segurança pública. O antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, que já foi Secretário Nacional de Segurança Pública, indica que a primeira etapa para uma reforma do modelo policial “(...) seria a revogação da atual divisão do trabalho entre as instituições: uma investiga, a outra age ostensivamente sem investigar.” (Soares, 2015, p. 32). Com isso, Soares critica radicalmente o modelo policial adotado no Brasil – e cuja lógica é diretamente reproduzida pela OSP: a Polícia Militar tem apenas a função de efetuar policiamento

ostensivo, enquanto cabe à Polícia Civil as investigações. De acordo com o autor, esta lógica – associada à exigência de produção de resultados – resulta em altos índices de aprisionamentos em flagrante, especialmente da população mais pobre, que comete delitos em pequena escala. Isto ocorre por meio da aplicação da política de combate ao tráfico de drogas e é alimentado e agravado pela significativa desigualdade social (e também espacial, poderíamos acrescentar, pensando no sentido do direito à cidade) e pela ausência de políticas públicas que efetivamente a reduzam. Alinhada às análises do sociólogo francês Loïc Wacquant, a jurista Vera Malaguti Batista, indica “o deslocamento da atenção social do Estado para uma gestão penal da pobreza” (Malaguti Batista, 2015, p. 96). Com isso, a autora visa demonstrar como o projeto econômico-político tipicamente neoliberal transforma o Estado em Estado penal, que apresenta como característica fundamental o punitivismo, especialmente da população pobre. Trata-se do processo de criminalização da pobreza, o qual está profundamente associado ao racismo, e que foi reproduzida por agentes da OSP (assim como por agentes de segurança pública em geral no Brasil), que miravam moradores em situação de rua nas áreas de atuação da Operação, como se pode observar na figura 2 (abaixo).

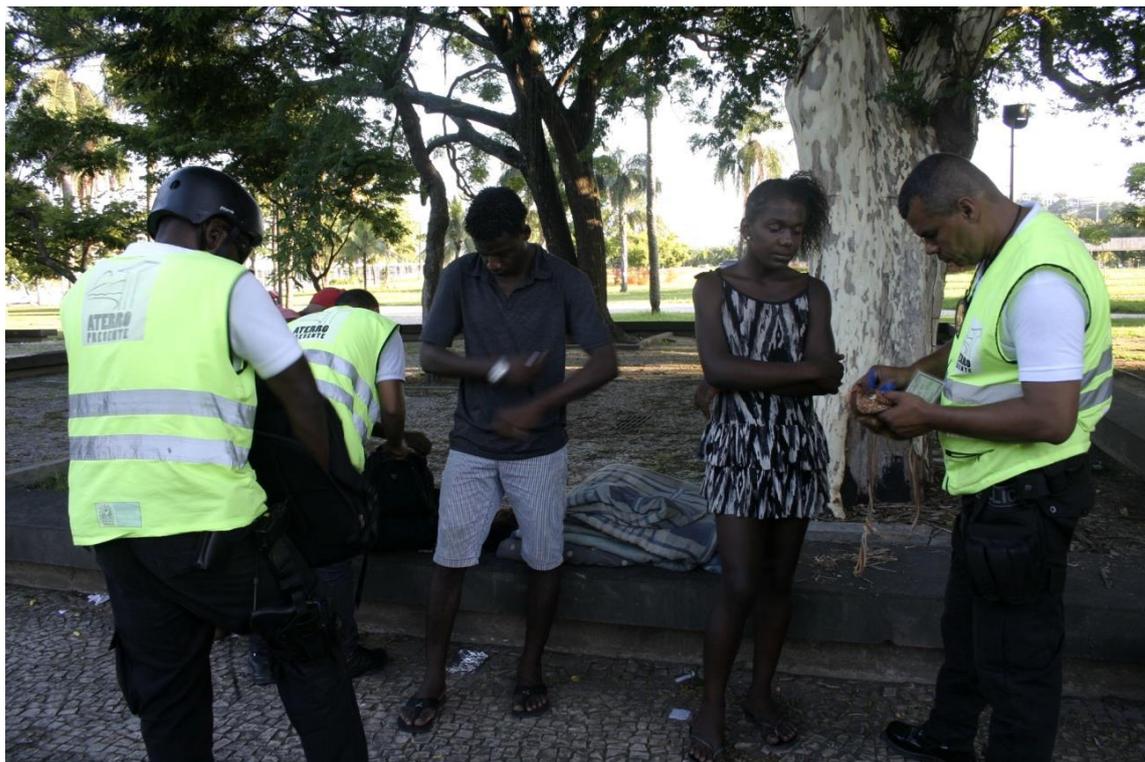


Figura 2: Moradores de rua negros e pobres são revistados por agentes da Operação Segurança Presente por atividade suspeita no Aterro do Flamengo. De acordo com a reportagem, foram encaminhados à delegacia por não estarem portando documentos de identificação no momento da abordagem policial. Fonte: Agência de Jornalismo A Pública – “Operação policial financiada por empresários cariocas mira moradores de rua” < <https://apublica.org/2016/02/operacao-policial-financiada-por-empresarios-cariocas-mira-moradores-de-rua/> >. Acesso em 31/08/2020.

Por sua vez, a Juíza de Direito Maria Lucia Karam amplia o debate a respeito da militarização da ação policial ao afirmar que:

Muito mais que isso, a militarização das atividades policiais não é apenas uma questão de polícias. Não são apenas as polícias que precisam ser desmilitarizadas. Muito antes disso, é preciso afastar “a militarização ideológica da segurança pública”, amplamente tolerada e apoiada até mesmo por muitos dos que hoje falam em desmilitarização. (KARAM, 2015, p. 35).

Com isso, a autora visa indicar que a simples desvinculação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros às Forças Armadas – sem negar sua importância – não soluciona a questão da militarização, pois esta é mais abrangente e envolve a segurança pública em geral. Exemplo claro disto são as recorrentes e sucessivas intervenções militares federais na própria cidade do Rio de Janeiro, que vêm ocorrendo desde meados da década de 1990, portanto, há quase trinta anos, sem

sucesso aparente³. E, ao ampliarmos ainda mais o argumento de Karam (2015), podemos retornar às reflexões de Hardt e Negri (2004), que nos indicaram a dimensão ontológica da guerra no contexto atual. A lógica da guerra foi redefinida, passando da defesa à segurança, sendo determinada, agora, pela lógica do biopoder e o exercício da biopolítica: e é assim que se justificam a constante vigilância e controle (Hardt e Negri, 2004), raciocínio demasiadamente difundido no imaginário social.

Como nos esforçamos para demonstrar, a construção do imaginário social é de fundamental relevância para o sucesso da militarização do espaço e do controle biopolítico. Assim sendo, Graham (2016) assinala a importância de campanhas antimilitares de longo alcance como tática para reverter o processo em curso. É interessante considerar que estas podem ser de cunho acadêmico-científico (como é o nosso caso) ou mesmo satírico. Buscando se contrapor à ordem hegemônica imposta, a da militarização urbana, isto é, da biopolítica, o autor ainda indica alguns pontos que formam o que chama de ‘contrageografias’. Primeiramente, o autor destaca a importância de se conhecer (mapear, representar, visualizar) as “geografias ocultas do novo urbanismo militar” (Graham, 2016, p. 447), movimento que buscamos realizar quando da proposta de investigação de nosso objeto de estudo, a saber, a implantação e atuação da Operação Segurança Presente em localidades distintas da cidade do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, a ‘justaposição’: o processo de indicação que as cidades – podemos também pensar em escalas mais reduzidas – não são territórios hostis e inimigos, mas sim espaços de convivência e encontro, habitados por seres humanos comuns, o que nos remete à noção de direito à cidade, proposta por Lefebvre. Somado a isto, uma terceira forma de ação seria a ‘apropriação’: como o próprio nome indica, trata-se da apropriação das tecnologias de vigilância e controle, aplicadas no novo urbanismo militar, para o uso reverso, ou seja, para atender aos interesses comuns e democráticos da sociedade civil. Trabalhar com autores expressamente marxistas, como Henri Lefebvre, implica que busquemos alternativas à constituição de coisas atuais a partir das contradições que nos inquietam.

³ Referimos-nos à ‘Operação Rio’, deflagrada em 1994 e discutida por Maria Lucia Karam (2015), além de diversas outras intervenções federais militares, inclusive aquela iniciada em fevereiro de 2018, por determinação do então Presidente Michel Temer.

Acreditamos que a supracitada noção de direito à cidade, proposta pelo filósofo francês, nos permite vislumbrar caminhos originais e livres do domínio autoritário da biopolítica, do controle e da vigilância. De acordo com Neil Brenner,

A noção de Lefebvre sobre direito à cidade também é uma demanda militante e persistente em prol da democratização do controle sobre os meios coletivos de produção do espaço urbano. Nesse sentido, uma cidade aberta não é apenas um espaço que pode ser acessado e apreciado por todos, e no qual todos os tipos de pessoas sentem que pertencem a ele igualmente. Também corresponde a um domínio onde a *capacidade institucional para produzir e transformar o espaço urbano* foi radicalmente democratizada, tornando-o disponível para todos os que nele habitam. (BRENNER, 2018, p. 200, grifos do autor).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**: O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. **Enigma do disforme**: neoliberalismo e biopoder no Brasil global. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 69-84.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GRAHAM, Stephen. O bumerangue de Foucault: o novo urbanismo militar. IN: KUCINSKI, B. et al (orgs). **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 67-73.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Do telecontrole à “ocupação”: In-segurança e contenção territorial na metrópole carioca. IN: FERREIRA, Alvaro et al. (Orgs.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 225-251.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multitude**: war and democracy in the age of Empire. Londres: Penguin Books, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: paz e terra, 2008.

KARAM, Maria Lucia. Violência, militarização e ‘guerra às drogas’. IN: KUCINSKI et al (orgs). **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 33-38.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l’espace**. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. IN: FERREIRA, Alvaro et al. (orgs.). **Metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 17-34.

LENCIONI, Sandra. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. IN: LENCIONI, Sandra; VIDAL-KOPPMANN, Sonia; HIDALGO, Rodrigo; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier (orgs). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011, p. 51-60.

MALAGUTI BATISTA, Vera. Estado de polícia. IN: KUCINSKI, B. et al (orgs). **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 91-96.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

Desvendando a militarização da metrópole carioca

Horacio N. Pizzolante

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; AZEVEDO, Joelma de Souza; ROCHA, Talitha M. do Amaral (orgs). **Políticas públicas de segurança municipal: Guardas Municipais: saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? IN: KUCINSKI et al (orgs). **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 27-32.

Recebido em 2 set. 2020;
aceito em 20 set. 2020.